



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 01/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1-Processo TCE nº 2059/2011 (13 vols.).

2- Assunto: Prestação de Contas Anuais.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Urucará.

4- Exercício: 2010.

5- Responsável: Sr. Fernando Falabella, Prefeito Municipal, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI-Informação nº 605/2013 (fls. 2459/2461).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 1351/2013-MPC-EMF da Dra. Elissandra Monteiro Freire, Procuradora de Contas (fl. 2463).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Urucará. Exercício de 2010.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a
Aprovação com Ressalvas das Contas Anuais.*

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO pela **APROVAÇÃO COM RESSALVAS** das Contas da Prefeitura Municipal de Urucará, exercício de 2010, de responsabilidade do **Sr. Fernando Falabella**, Prefeito Municipal, como gestor, com fundamento no art.31, da CF/88 c/c o art. 127 da CE/89, com redação dada pela EC nº 15/95, art. 18, inciso I, da LC nº 06/91 e arts. 1º, I e II e 29, da Lei nº 2423/96, e art. 3º, II, da Res. nº 09/97-TCE/AM;

10-Ata: 1ª. Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 15 de janeiro de 2014.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 01/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE nº 2059/2011 (fls. 02).

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Alípio Reis Firmo Filho (convocado).

12.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13-Representante do Ministério Público junto ao Tribunal Pleno: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 01/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 01/2014)**

- 1-Processo TCE nº 2059/2011 (13 vols.).**
- 2- Assunto:** Prestação de Contas Anuais.
- 3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Urucará.
- 4- Exercício:** 2010.
- 5- Responsável:** Sr. Fernando Falabella, Prefeito Municipal, à época.
- 6- Unidade Técnica:** DICAMI-Informação nº 605/2013 (fls. 2459/2461).
- 7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 1351/2013-MPC-EMF da Dra. Elissandra Monteiro Freire, Procuradora de Contas (fl. 2463).
- 8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Urucará. Exercício de 2010.

Contas Regulares com Ressalvas. Determinações ao Município de Urucará. Multa. Prazo. Autorização da instauração de cobrança executiva.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em divergência** com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal,

9.1- À unanimidade, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, no sentido de:

9.1.1- JULGAR REGULAR COM RESSALVAS a Prestação de Contas, referente ao exercício de 2010, da Prefeitura Municipal de Urucará, de responsabilidade do **Sr. Fernando Falabella**, Prefeito do Município de Urucará, como ordenador de despesas, nos termos do art. 188, §1º, inciso II da Resolução nº. 04/2002 c/c arts. 22, II e 24 da Lei nº. 2.423/96;

9.1.2- FAZER AS SEGUINTE DETERMINAÇÕES ao Município de Urucará, sob pena de multa caso não sejam atendidas em suas próximas prestações de contas:

a) sejam adotadas providências no sentido de implantar o Sistema de Controle Interno, como determina os arts. 31 e 74 da Constituição Federal c/c art. 43 da Lei 2.423/96;

b) que a Lei Orçamentária Anual cumpra, rigorosamente, os limites da despesa fixados no art. 29-A da Constituição Federal;

c) apresente detalhamento analítico da rubrica “Créditos a Receber”, constante na Despesa Extraorçamentária do Balanço Financeiro;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 01/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 01/2014)**

Processo TCE nº 2059/2011 (fls. 02).

d) anexar o valor das liquidações referentes aos precatórios oriundos do Poder Judiciário Federal (Justiça do Trabalho) à Prestação de Contas, conforme determina o art. 291 da Resolução nº. 04/2002;

e) observe mais atentamente as disposições da Resolução nº. 07/2002-TCE/AM;

f) não deixe valores em caixa, observando assim com maior rigor o disposto no art. 164, §3º da Constituição Federal c/c art. 156, §1º da Constituição Estadual do Amazonas;

g) encaminhe ao Tribunal de Contas todos os atos de contratação temporária, bem como os relativos aos inativos (aposentados e pensionistas), referentes ao exercício financeiro de 2010, que deverá ter seu cumprimento fiscalizado pela próxima Inspeção *In Loco*.

9.2- Por maioria, nos termos da proposta de voto do excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, no sentido de:

9.2.1- APLICAR MULTA AO RESPONSÁVEL, Sr. Fernando Falabella, Prefeito do Município de Urucará e Ordenador de Despesas, nos termos dos arts. 1º, XXVI, da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 5º, XXVI, da Resolução nº 04/02, **no valor de R\$ 9.864,27 (nove mil oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos)**, com fulcro no art. 2º, inc. II da Resolução nº. 25/2012-TCE/AM, pelo atraso no encaminhamento da movimentação contábil do Município de Urucará, exercício 2010, referente aos meses de janeiro, fevereiro, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro, via Sistema de Auditorias de Contas Públicas – ACP/TCE;

9.2.2- FIXAR O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS para o recolhimento aos cofres estaduais dos valores das penalidades impostas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor das multas deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

9.2.3- AUTORIZAR desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento do valor das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02.

Vencidos, o voto-vista do Conselheiro Raimundo José Michiles, e em parte o Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho, que votou pela multa aplicada no voto-vista, no valor de R\$ 1.613,34 (mil seiscentos e treze reais e trinta e quatro centavos). Vencido o Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro que votou pela inaplicabilidade de multa pelo atraso do ACP.

10-Ata: 1ª. Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 15 de janeiro de 2014.

Diário Eletrônico do TCE/AM,

Edição nº _____

De ____/____/____



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

**ACÓRDÃO Nº 01/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 01/2014)**

Processo TCE nº 2059/2011 (fls. 03).

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Alípio Reis Firmo Filho (convocado).

12.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13-Representante do Ministério Público junto ao Tribunal Pleno: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por MARIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spepe> e informe o código: DE0A7491-322B9E2D-C8F5C93A-4B69CFD1